



ANAIIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. III (2002)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Intérpretes de Português na Birmânia

Maria Ana Marques Guedes

Como Citar | How to Cite

Guedes, Maria Ana Marques. 2002. «Intérpretes de Português na Birmânia». *Anais de História de Além-Mar* III: 333-351. <https://doi.org/10.57759/aham2002.46889>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2002. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2002. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

INTÉRPRETES DE PORTUGUÊS NA BIRMÂNIA *

por

MARIA ANA MARQUES GUEDES **

Os intérpretes são agentes do património linguístico da humanidade, são um elo de comunicação indispensável entre povos e culturas [...]

As várias línguas do nosso planeta dão voz à diversidade das experiências humanas.

(Declaração da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência sobre a Preservação do Património Linguístico da Humanidade, 2002)

É indiscutível o inovador fôlego que Luís Filipe Thomaz imprimiu à Historiografia Portuguesa, bem como ao Ensino da História Luso-Asiática em Portugal. Ao longo de cerca de quarenta anos de estudo e de docência, não desistiu nunca da sua luta em prol de uma história da expansão portuguesa indissociável do conhecimento das línguas orientais. À sua persistência devem-se muitos dos trabalhos que empreendeu ou que incentivou sobre as línguas em contacto no fluir dos descobrimentos – a eles se deve uma compreensão mais lúcida da clara amálgama em que os portugueses foram intervenientes. Dessa alargada visão, sem dúvida iniciada já antes dele – titubeante no nosso país, quando comparada com mais consistentes estudos congéneres em outros – resultam vantagens não só para a história como também para a abertura de novos campos à linguística e à antropologia. Em recente artigo, enfatizou a necessidade de aprofundar «língua por língua

* Nota: O presente artigo constitui uma versão actualizada (bem menos do que eu gostaria, mas mais não me permite a disponibilidade em tempo retirado à docência) da secção terceira do primeiro capítulo da tese de doutoramento intitulada *A História Birmano-Portuguesa para além das Relações Oficiais. Assimilação e Aculturação nos séculos XVII e XVIII*, defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, em 26.XI.99.

** Professora do Ensino Secundário. Investigadora.

e gramática por gramática» o enquadramento lógico utilizado pelos antigos missionários portugueses para descrever algumas línguas orientais ¹.

De certo modo na esteira de Luís Filipe Thomaz, mas abordando uma outra vertente do estudo da língua na história, a actividade dos intérpretes-tradutores, Jorge Flores lamentou «a pobreza da história sociocultural da expansão portuguesa no Oriente» ² da qual é reflexo o escasso interesse que o assunto tem despertado. De facto, o papel dos intérpretes portugueses na Ásia não foi ainda conveniente estudado, apesar de já ter sido notado que sem tradutores dificilmente se teriam conduzido localmente negociações e ainda menos concluído qualquer tratado externo ³.

I. No que respeita à Birmânia não existem estudos sobre tais intérpretes, pelo que o que aqui se faz não passa de uma primeira abordagem, forçosamente incompleta, baseada em elementos colhidos em fontes primárias ou em testemunhos citados por historiadores a propósito de outros temas ⁴.

É de começar por salientar que o desvanecer das relações oficiais entre Portugal e a Birmânia, durante a primeira metade do século XVII não pôs termo aos contactos luso-birmanos. Muitos foram os portugueses que permaneceram na Birmânia, já como residentes voluntários já como cativos. Uns e outros foram assimilados a nível político-administrativo ou económico-cultural. Exerceram funções de serviços régios, *ahmudan*, as quais abrangiam um leque de actividades públicas que iam desde a construção e manutenção de estruturas defensivas e de irrigação, ao comércio e à navegação externa, à burocracia, à diplomacia, ao protocolo de corte. Destacaram-se de entre eles os intérpretes, cujo papel se tornou indispensável nos combates externos do país de acolhimento. Sublinhe-se, pois, que os intérpretes, chamados «línguas» pelos portugueses da época, se encontravam intimamente ligados aos soberanos locais – para quem trabalhavam na qualidade de tradutores ou de intérpretes simultâneos presentes nas audiências com interlocutores estrangeiros – bem como aos mercadores ou representantes de Estados que pretendiam encetar negociações comerciais com a Birmânia.

¹ THOMAZ, «Os Antigos Gramáticos Portugueses e a Declinação Neo-Árica», in *Anais de História de Além-Mar* (CHAM), vol. II, 2001, p. 7.

² «Comunicação, informação e propaganda: os “Jurubaças” e o uso do português em Macau na primeira metade do século XVII», in *Actas do Encontro Português – Língua de Cultura, IPOR*, Macau, 1995, p. 108.

³ Cf. Anna ALLOT, *The End of The First Anglo-Burmese War: The Burmese Chronicle account of how the 1826 Treaty of Yandabo was negotiated*, Chulalongkorn University Press, Bangkok, 1994, p. 1.

⁴ Nesse sentido foi particularmente útil, para o caso específico do reino arracanês, o artigo de Sanjay Subrahmanyam; embora incida sobre o comércio holandês no Arracão, apresenta vários relatos neerlandeses onde os intérpretes são indirectamente mencionados (SUBRAHMANYAM, «Slaves and Tyrants: Dutch Tribulations in Seventeenth-Century Mrauk-U», in *Journal of Early Modern History*, I / 3, Koninklijke Brill, Leiden, 1997).

II. Passe-se a averiguar até que ponto na Birmânia a tradução é um meio de comunicação recorrente. Para o efeito, convém examinar o comércio e a navegação marítima da Birmânia. Nas negociações após a queda de Sirião e Sundiva, tanto o rei do Arracão como o de Ava pretendiam, dos portugueses, mais o apoio das armas do que o do comércio. Não por serem autônomos em matéria de navegação e trato, mas por questão de prioridade: era primeiro preciso assegurar a posse dos portos e só depois desenvolver as actividades mercantis. Se atentarmos na descrição das viagens diplomáticas, logo verificamos que a navegação era portuguesa: barcos e pilotos que atravessaram o Golfo, mesmo no caso do transporte dos embaixadores birmanos, eram portugueses ou a eles afectos. Em contrapartida, os profissionais que tornaram possível a comunicação, os intérpretes presentes nas negociações e os tradutores dos tratados, mesmo em Goa, eram serviçais birmanos. A razão para que cada um dos Estados usasse certos serviços do outro assenta na necessidade de cada um deles obter por empréstimo ao outro aquilo que não tinha.

Os governantes birmanos (arracaneses incluídos) não tinham desenvolvido a navegação marítima de longo curso porque não eram, nem por origem nem por tradição, Estados mercantis⁵. Interessava-lhes o comércio como forma de acrescentar os réditos internos, mas a sua economia baseava-se essencialmente na exploração da terra. Era precisamente por ser um dos maiores produtores asiáticos de bens alimentares, como o arroz, de materiais de construção ou de peças decorativas, como a teca, ou de artigos de luxo, como os rubis, que necessitava de mercados de colocação dos excedentes. Daí que os reis de etnia birmana, cujo berço fora o interior do país, tivessem procurado apoderar-se das terras e dos portos litorais. O acesso ao mar, representado pelos chamados reinos de Pegu, levou desde cedo a sucessivas conquistas e perdas dessa região costeira. Os mons e os arracaneses, povos fixados em terras abertas ao mar, já antes da chegada dos portugueses albergavam comunidades mercantis muçulmanas que sob os seu controlo praticavam o comércio e ajudaram a desenvolver infra-estruturas necessárias à sua manutenção. Por isso, sempre que o conseguiram, sacudiram o domínio birmano. Quanto aos arracaneses, além de se terem furtado a esse jugo procuraram ainda novos portos marítimos; daí que tivessem conquistado Chatigão, em meados de Quatrocentos, e Pegu, em finais de Quinhentos. Não obstante a mais acentuada viragem para o Oceano Índico que a sua

⁵ François Robinne demonstrou o papel relativamente passivo da Birmânia (e de outros países da península indochinesa) no comércio marítimo, apesar da antiguidade da navegação comercial para o país, que fez dele uma terra de convergência. Apresenta curioso estudo comparativo entre os termos usadas para água, rio, lago e mar; analisa uma série de costumes mais ligados à terra do que ao mar: a escolha preponderante de locais relativamente afastados do mar para as capitais; o consumo de sal-gema em vez de sal de mar; a utilização de barcos de rio em vez de barcos de alto mar, da pesca fluvial em vez de marítima, patente até no tipo de redes e de lemes utilizados («Pays de Mer et Gens de Terre», dactilografado).

posição fronteiriça determinara, aquando da troca de embaixadas com Goa na primeira metade de Seiscentos, à semelhança dos birmanos continuavam a ser essencialmente poderes interiores.

As capitais de Ava e Mrauk-U ligavam-se ao litoral por eficazes estradas fluviais que controlavam mediante especializada navegação ⁶. Os estrangeiros tinham normalmente de recorrer a barcos e pilotos locais ⁷, por inadequação das suas embarcações e técnicas a que se somava o desconhecimento dos rios ⁸, e de se sujeitar aos vários postos de controlo, forma de restringir a circulação, de a taxar ⁹, e de a subordinar aos propósitos centralizadores da Coroa.

As comunidades mercantis, a prática de comércio marítimo, os mercadores que aportavam à Birmânia, como estrangeiros que eram, não só tinham outros costumes como falavam outra língua. Como controlar o comércio deixando por mãos alheias o poder de os entender, de superintender as suas actividades, enfim, de com eles comunicar? Havia necessidade de intérpretes e estes não seriam de confiança se servissem os interesses dos estrangeiros. O birmano, escrito e falado, é o que se chama pequena língua; só é falada dentro do país, só aí se usam os caracteres que permitem grafá-la. Dependendo parte da economia de estrangeiros, necessário se

⁶ Sobre a navegação fluvial ver CHARNEY, «Shallow-draft Boats, Guns and the Aye-ra-wa-ti. Continuity and Change in Ship Structure and River Warfare in Precolonial Myanma», in *Oriens Extremus*, Kommissionsverlag Otto Harrassowitz, Wiesbaden, vol. 40, n.º 1, 1997, pp. 16-63.

⁷ No Arracão, as embarcações e pilotos usados pelos portugueses para a subida desde o litoral até Mrauk-U é patente na *Puteguê Yazawin*, cap. 85 (traduzido em anexo ao cap. II da parte II da minha tese de doutoramento). O recurso a piloto local para a navegação fluvial na Baixa Birmânia, é notório no roteiro de navegação de Gaspar Pereira dos Reis, SGL, códice 2-B-5, fls 71- 71v (publicado: Marques GUEDES, *Interferência e Integração dos Portugueses na Birmânia, ca 1580-1630*, Fundação Oriente, Lisboa, 1994, doc. III, pp. 239-42).

⁸ Caso da armada de 1615 cujos pilotos desconheciam as correntes e baixios do rio Kaladan. Ver Marques GUEDES, *A História Birmano-Portuguesa...*, Documentos anotados, manuscrito do P.º Nicolau da Conceição (documento III).

⁹ Sobre os postos de controlo na entrada e ao longo dos rios, onde guardas régios forçavam as embarcações a parar para verificação de carga e pagamento de impostos ver: para o Arracão, SARKAR, «The Feringhi Pirates of Chatgaon 1665 AD», in *Journal & Proceedings of the Asiatic Society of Bengal*, p. 421; MANRIQUE, *Itinerário*, I, caps. XIV e XXXIX e Sanjay SUBRAHMANYAM, «Slaves and Tyrants...», p. 220; para a Birmânia unificada, FURNIVALL (ed.), «The History of Syriam – Syriam Yazawin», in *Journal of Burma Research Society*, Rangun, American Baptist Mission Press, 1915, p. 53; HALL, «The Dagregister of Batavia and Dutch trade with Burma in the Seventeenth Century», in *Journal of Burma Research Society*, vol. XXIX, P. II, American Baptist Mission Press, Rangun, 1939, p. 153. (Em 1664 no curto percurso entre Sirião e Pegu havia três postos alfandegários); Michael SYMES, *An Account of an Embassy to the Kingdom of Ava, Sent by the Governor-General of India, in the Year 1795*, W. Burlmer and Co., Londres, 1800, pp. 256-258. Sobre as etapas da navegação fluvial, ver os dois mapas do Irrauadi da autoria de Baker e Renell em DALRYMPLE, *Oriental Repertory*, I, William Ballintine, Londres, 1808, pp. 132-133 e 226-227; B. N. Paris, *Cartes et Plans*, Larivière-Penifort, «Plan de la Rivière de Siriam», 1730; e o mapa holandês ARA, «Kaart van rivier Arakan», [s.d.? a cópia de que disponho foi amavelmente cedida pela arqueóloga Catherine Raymond].

tornou usar intermediários que fizessem compreender os interesses do país e vice-versa, ou seja, que tornassem compreensíveis à administração local as intenções daqueles que não eram birmanos.

O costume de empregar intérpretes era um fenómeno quase cultural: se bem que arracaneses e birmanos falassem a mesma língua, não acontecia o mesmo em todo o país, onde a diversidade de etnias e de idiomas foi sempre obstáculo à centralização. Não resisto a citar três bons exemplos desse fenómeno, dois relativos à população local, outro respeitante a estrangeiros. Em 1642, o rei de Ava, Thalun (r. 1628-1648), mandou repetir uma inquirição à população mon dado o não cum-primento de disposições governamentais por alegada incompreensão da língua ¹⁰. Durante a mesma dinastia avana, à entrada nos portos a tripulação era sujeita a inquérito – obrigatoriamente havia que entregar armamento, munições e até mesmo o leme e a âncora; os oficiais régios registavam ainda o número de pessoas a bordo, nome, sexo, idade, e razão por que aportavam ¹¹. Em 1695, Fleetwood escrevia que tais oficiais, apontados para registar os passageiros e advertir Ava, eram chamados *Ovidores* ¹² – curioso é notar a coincidência do termo nas duas línguas: no *Hobson-Jobson* aventa-se a hipótese de *ovidor* ser tradução do termo birmano *necan do*, «ouvidor do rei» – saliento que o termo exacto é နာခံဝံ့ pronunciado *'nakan do*, e de facto significa literalmente «honoráveis ouvidos do rei», pelo que a diferença fonética os torna inconfundíveis, além de que não faz sentido a tradução para o português e a adopção de um termo existente nas duas línguas com o mesmo sentido (ou só o faz para quem, como no caso do dicionarista, conheça mal o português e o birmano). Não restam, porém, dúvidas de que o intérprete era um instrumento de centralização, encarada como controlo da população residente ou flutuante, e do comércio, olhado como serviço estrangeiro de que a fazenda real dependia. Assim, importava que os intérpretes fossem de confiança, e uma forma de evitar a deslealdade era torná-los servisais da Coroa ¹³. Daí que na recepção e envio de embaixadas nunca se tivesse descurado o uso de intérpretes próprios, ou seja, que fossem agentes dos reis birmanos ou arracaneses.

¹⁰ Édito de 22.V.1642, in THANTUN (ed.), *The Royal Orders of Burma*, I, Center of Southeast Asian Studies, Kyoto, 1983, p. 124 (ROB).

¹¹ Cf. METHOLD, «Relations of the Kingdome of Golconda, and Other Neighbouring Nations within the Gulf of Bengala, Arrecan, Pegu, Tannassery», in Samuel PURCHAS (ed.), *Purchas his Pilgrimage or Relations of the World*, vol. v, H. Fetherstone, Londres, 1626, pp. 993-1007, p. 1006; AMEP, Cód. 880, fl. 553: «Lettre du Père Jean Genoud», Pegu, 20.I.1691; HAMILTON, *A New Account*, pp. 42 e 46, Hall, «The Dagregister...», p. 142.

¹² DALRYMPLE, *Oriental...*, II, pp. 356, 360.

¹³ De notar que situação semelhante, mas inversa, se passava em Macau, onde os intérpretes, «chinas» de origem, tinham de dar aos governantes portugueses, a quem serviam, garantias de lealdade – obrigação bem expressa no regimento de 1627, no qual «fidelidade» era «palavra-chave» (cf. Jorge FLORES, *op.cit.*, p. 112).

III. Visto isto, procure-se agora apurar se **havia ou não intérpretes de birmano no Estado Português da Índia**. Em Goa, tal como na Birmânia, o comércio, a administração da justiça e as negociações diplomáticas implicavam a existência de um ou mais intérpretes representando as partes contratantes ¹⁴. Quando indigitados por Goa, os candidatos ao cargo de «língua» tinham inicialmente de se propor a concursos anunciados mediante a afixação de editais ¹⁵; depois de 1614 o cargo começou a ser vendido ¹⁶. Contudo, embora nos relatos das embaixadas quinhentistas portuguesas sejam mencionados os intérpretes como elementos integrantes das missões diplomáticas à Birmânia, não encontrei notícia explícita de que houvesse em Goa «línguas» que falassem ou escrevessem o birmano.

Pelo contrário, é geralmente referido o desconhecimento da língua, só sendo o problema ultrapassado pelo recurso a intérpretes locais. Por altura dos primeiros contactos, até os caracteres o eram, o que esteve na origem da seguinte observação de Castanheda: «as letras erão tudo ós com pontos, uns com mais outros com menos» ¹⁷. Outro exemplo: na embaixada de 1519, as capitulações do acordo foram lidas e depois «interpretadas em a nossa [língua] pera os nossos»; a letra do tratado constava de chapa de ouro batido, e da descrição do cerimonial ressalta uma incompreensão mútua que permitiu a António Correia simular a leitura de livros sagrados, de modo a equiparar a que das suas escrituras tinham feito dirigentes locais, lendo em voz alta umas trovas como se da Bíblia se tratasse ¹⁸. No relato da missão de 1521 explicita-se a mesma inaptidão linguística ¹⁹. No século seguinte o problema persiste. De acordo com a *Putegû Yazawin*, «Crónica de Portugal», manuscrita na Birmânia em folhas de palmeira – nem mesmo Filipe de Brito de Nicote conhecia a língua local ²⁰. Durante as conversações luso-birmanas que se sucederam à tomada de Sirião e de Sundiva, os enviados portugueses foram assistidos por intérpretes locais. Assim aconteceu em relação ao rei de Ava em 1617 ²¹. Também as pazes com o Arracão foram elaboradas com apoio de tradutores locais por em Goa não haver tradutores de birmano, como o

¹⁴ Em 1614 existiam em Goa os cargos de «língua da alfândega» e de «língua do ouvidor geral do cível» (atribuídos respectivamente a Pascoal Rodrigues e a Vicente Rodrigues, tendo este último trespasado o cargo a António de Noronha. (Cf. documento citado na nota 16). Também os havia nas alfândegas e tribunais birmanes, como se verá à frente: cf. Édito real de 10.VIII.1691, in *ROB*, II, p. 54.

¹⁵ Cf. Sousa VITERBO, *Notícia de alguns arabistas e intérpretes de Línguas Africanas e Orientais*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1906, p. 9.

¹⁶ AHU, *Índia*, cx. 4 A, doc. 147, fls. 5 e 7v: «Relação dos cargos e fortalezas que estão vendidas em virtude do alvará se Sua Mag.^{de}», Goa, 20.II.1619.

¹⁷ Reportando-se à embaixada de 1519. CASTANHEDA, *História da Índia*, liv. V, cap. 13.

¹⁸ Barros, *Ásia*, Déc. III, P. I, cap. IV.

¹⁹ Bouchon e Thomaz, *Voyage dans les deltas du Gange et de l'Irraouaddy, 1521*, Gulbenkian, Paris/Lisboa, pp. 90 e 255-260.

²⁰ Ver na minha tese de doutoramento a tradução da crónica birmane, § 39.

²¹ BOCARRO, *Década 13 da História da Índia*, cap. CLXX.

sugere o facto de o tratado de 1620 ter sido entregue à deputação arracanesa para o mandar trasladar «em sua língua e letra»²². Aliás, foi precisamente esse desconhecimento por parte dos missionários do Padroado Português que levou Roma a substituí-los por evangelizadores hábeis na língua²³.

Há diversas informações sobre «línguas» portuguesas que representavam potências estrangeiras na Birmânia, mas estes não eram servidores do Estado da Índia. Faziam parte da população flutuante da Birmânia, onde iam de passagem em exercício de funções, embora os seus conhecimentos linguísticos implicassem geralmente vivência anterior naquele país. A partir do século XVII era usual que alguns luso-descendentes se colocassem ao serviço de holandeses e ingleses a fim de exercerem tal actividade. Há notícia de os embaixadores ingleses indigitados pela Companhia das Índias Orientais levarem ao seu serviço «línguas» portuguesas para a Birmânia, apesar de localmente lidarem com outros intérpretes também portugueses²⁴. Tanto os representantes birmanos como os europeus exprimiam-se em português, muito embora a Coroa portuguesa fosse alheia às conversações.

Inversamente, o Estado da Índia era, ou julgava ser, senhor dos mares. O Oceano Índico tinha sido o seu berço, a navegação e o comércio a sua principal fonte de rendimento, o *mare clausum* o seu império, os seus barcos e pilotos a ligação entre os vários pontos desse império, os «cartazes» a sua forma de controlo. Assim sendo, embarcou os seus próprios embaixadores ou os enviados birmanos nas suas naus e conformou-se, se bem que por vezes com alguma desconfiança, com os intérpretes ao serviço daqueles interlocutores²⁵. Se bem que também recorressem a gentes com conhecimentos linguísticos, a língua não constituiu preocupação principal nem do Estado nem do Padroado Português que se faziam entender sobretudo através da sua. O facto, que relativamente aos missionários foi para Roma factor de peso na sua substituição²⁶, é patente num dos principais instrumentos de centralização, os cartazes, geralmente escritos em português e ilustrados com imagens de convicções religiosas portuguesas como a da Virgem Maria e de Jesus Cristo²⁷.

²² «Carta do Governador para El Rei de Arração», Goa, 15.V.1620, in *ACE*, I, p. 493. Contudo, por ocasião da embaixada de Belchior Calaça, em finais de Quinhentos, a correspondência foi «tresladada» em birmano. Cf. AN/TT, *Miscelâneas do Convento da Graça*, cx. 6, 2F: «Regimento dado pelo vice-rei D. Francisco da Gama a Belchior Calaça, embaixador a Pegu», s.d., fls. 623 e 627.

²³ Ver Maria Ana Marques GUEDES, «Birmânia», in *Dicionário de História Religiosa Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

²⁴ SYMES, *An Account...*, p. 164.

²⁵ Por essa razão era necessária particular cautela no contacto com o língua ao serviço dos birmanes. Ver AN/TT, *Miscelâneas do Convento da Graça*, cx. 6, 2F: «Regimento dado pelo vice-rei D. Francisco da Gama a Belchior Calaça, embaixador a Pegu», s.d., fls. 623 e 627.

²⁶ Por inabilidade e ignorância da língua. Ver a missão da Sagrada Congregação da Fé e o Breve do Papa Benedicto XIV ao rei D. José, 31.XII.1753, no meu artigo «Bir-mânia», cit.

²⁷ Alguns muçulmanos acusaram mesmo de heresia o uso de cartazes assim ilustrados pelos peregrinos a Meca. Ver o relato da viagem de uma nau mogol apresada pelos portugueses

Macau constituía, como seria de esperar, excepção. Sendo a administração portuguesa, os contactos com a China geraram uma formação programada de intérpretes especializados em línguas chinesas, ao serviço da cidade lusa. Recrutados entre os «chinas» moradores em Macau, desde cedo eram preparados para o relacionamento com o Império e obedeciam a Regimento próprio. Muito embora a situação fosse inversa àquela que se passava na Birmânia e um pouco por toda a Ásia do Sueste, o procedimento era similar. Os intérpretes «chinas» deviam oferecer garantias de lealdade em relação aos governantes (neste caso portugueses); encontravam-se integrados na comunidade (a portuguesa); eram vigiados; aliciava-os a possibilidade de ascensão social e desempenhavam um cargo de certa forma hierarquizado; não raro eram nomeados por ouvidores; tal como em terras birmanas criou-se a figura do «língua principal», coadjuvado por escrivães. Outra particularidade, também ela contrária ao que se passava na Birmânia, é apontada por Jorge Flores, estudioso de quanto acima referi sobre os intérpretes macaenses, ao afirmar que no Império chinês «não encontramos *entrepreneurs* de influência portuguesa inseridos na estrutura política local»²⁸.

IV. Para o estudo dos intérpretes de português estantes na Birmânia, há que ter em conta as principais formações políticas do país – ora fragmentado ora reunificado no todo ou em parte. Considerarei aqui, em separado, as principais dessas formações, entendendo por tal aquelas que constituíram Estados independentes em períodos longos, ou seja, a **Birmânia unificada** e o **Arracão**.

1. Quanto à **Birmânia unificada**, são vários os registos que se reportam aos intérpretes ao longo dos séculos XVII e XVIII. Tal facto atesta a permanência de portugueses para além do que tem sido convencionado, além de evidenciar a eficácia daqueles funcionários. Segundo os relatos da época, a língua portuguesa era usual, em razão de os intérpretes da corte birmana serem portugueses, o que parece não ser causa mas antes circunstância ligada à já referida antiguidade da navegação e comércio portugueses; aliás, pela mesma época, deparemos também com o português na correspondência régia de vários monarcas orientais, caso, entre outros, dos reis de Golconda²⁹ e do Sião³⁰.

em 1613. Ellison B. FINDLY, «The Capture of Maryam-uz-Zamāni's Ship: Mughal Women and European Traders», in *Journal of the American Oriental Society*, vol. 108, n.º 2, ed. Paul W. CROLL, 1988, pp. 235-237.

²⁸ Cit., pp. 111-112.

²⁹ AHU, *Índia*, cx. 34, doc. 132: «Cópia do formão que o rei de Golconda passou aos portugueses para povoarem Meliapor, vertido bem e fielmente de Párcio em Português», s.l., 18.XII.1688.

³⁰ «Letter (in Portuguese) from the Council of Batavia to the King of Siam, dated Batavia, 2nd August 1624», in *Records of the Relations Between Siam And Foreign Countries in the 17th Century. Copied from Papers preserved at the India Office*, vol. 1, 1607-1632, Vajirañāna National Library, Bangucoque, 1915, pp. 160-162. Havia também um «ministro e intérprete» do rei do Sião, que em 1672 era Pedro Rodrigues de Sousa (cf. AMEP, cód. 121, fl. 432: «Actuação feita em casa de Pedro Rodrigues de Sousa», *Aiutia*, 22.X.1672).

Pouco depois da morte de Nicote, em 1617, eram recebidos em Pegu dois emissários da Companhia Inglesa das Índias Orientais, a qual pretendia a restituição de bens retidos pelos birmanos. Os enviados levavam carta escrita em inglês, e sendo o intérprete régio um cativo português, depararam com dificuldades só ultrapassadas mediante o recurso a complicado entendimento com este último ³¹. Na sequência da procura de aliados e parceiros comerciais pela segunda dinastia Tangu, dois anos mais tarde o rei Anauk-hpet-lun (R. 1606-1628) aproveitou a partida dos emissários para justificar as retenções e manifestar por escrito o seu desejo de favorecer o comércio inglês ³².

Tal como a Companhia Inglesa das Índias Orientais, o Estado Português da Índia teve de recorrer à intervenção de intérpretes para negociar a restituição de bens e pessoas retidos na Birmânia. Fernão Álvares, que em 1636 ocupava o cargo de «língua do Império do Pegu», serviu indirectamente Goa através do seu papel nas negociações que visavam a libertação de cativos portugueses ³³. A comunicação entre enviados portugueses e intérpretes dos birmanos era facilitada por uns e outros falarem a mesma língua, circunstância que poupou a Goa uma série de trabalhos e despesas a que os governantes ingleses se não puderam furtar. Com o desenvolvimento das relações anglo-birmanas, os ingleses tiveram de passar a recorrer a tradutores que na Índia vertiam em português os assuntos a tratar na Birmânia, onde, como afirmava o embaixador Fleetwood em finais de Seiscentos, aquela era a língua da corte ³⁴.

O uso do português pelos ingleses é atestado em outros documentos. As relações comerciais anglo-birmanas foram intercortadas por atribuições várias que no final do século levaram a morosas negociações com vista à reabertura de feitorias inglesas. Em 1695-1697 foram enviadas a Ava petições e embaixadas da Companhia Inglesa das Índias Orientais. Tanto as petições inglesas como as respostas régias foram escritas em português ³⁵. Os ingleses não conheciam nem uma nem outra língua, pelo que tiveram de recorrer a intérpretes portugueses tanto na Índia como na Birmânia, conforme foi apontado nas instruções do governador britânico ao enviado:

³¹ METHOLD, «Relations...», p. 1006; G. E. HARVEY, *History of Burma. From the Earliest Times to 10 March 1824. The Beginning of the English Conquest*, Longmans Green and Co, Londres/Nova Iorque/Toronto/Bombaim/Calcutá/Madrasta, 1925, pp. 190-191; Hall, que reproduz Methold, na passagem «interpreted by a Portugall a slave to the king» omite a palavra «slave» (cf. D. G. E. HALL, *Early English Intercourse with Burma (1587-1743)*, Longmans, Green and Co., Londres, 1928, p. 36).

³² METHOLD, «Relations...», p. 1007.

³³ AHU, *Índia*, cód. 79, fls. 69-71: «Petição de Gaspar Pereira dos Reis», 18.II.1644. Documento citado, sem referência completa, por Alberto IRIA, *Da Navegação Portuguesa no Índico no Século XVII (Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino)*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1973, p. 94.

³⁴ DALRYMPLE, *Oriental...*, II, p. 385.

³⁵ Cf. embaixadas a Ava de Edward Fleetwood (1695) e de Thomas Bowyear (1697), in DALRYMPLE, *Oriental...*, II, pp. 337-395 e 396-404.

I herewith deliver you my letter to the *King of Ava*, the *three Governours* and the *Governour of Syriam*, sealed, and written in the *Portuguese Language*, but you have the *Original in English*, whereby you understand the Contents, and the business to be transacted ³⁶.

Pena é que o original referido na carta seja, por ora, desconhecido. Infelizmente, embora nos arquivos holandeses e ingleses haja amiúde referência aos originais da correspondência régia birmane escritos em português, conservaram-se sobretudo as traduções (inglesas ou holandesas) e raramente as missivas enviadas da Birmânia. Encontrei um único manuscrito redigido integralmente em língua portuguesa: uma carta do rei Pye (r. 1661-1672) para o governador de Batávia em 1664 ³⁷ (anexa a este artigo) – contudo, está ainda por realizar um levantamento exaustivo das fontes holandesas ³⁸.

Em Ava havia o cargo de «Língua dos Europeus», ocupado por pessoa indigitada pelo rei. Todos os ocidentais recém-chegados se deviam servir desses intérpretes régios. Pertencia ao seu ofício traduzir do português para o birmano e vice-versa, sendo para tal assistidos por escrivães, e ainda instruir e aconselhar os visitantes quanto a protocolo e costumes locais ³⁹. A possibilidade de fraude era controlada por certas medidas, como a obrigatoriedade de a tradução ser feita só depois de todas as cartas do portador serem entregues ⁴⁰, não havendo lugar a que consoante a resposta a uma petição outros escritos fossem forjados. Como homens de confiança do governo desfrutavam de boa posição social. De acordo com o costume local auferiam, em complemento das condições de vida proporcionadas pela corte, de pagamento em presentes feito pelos portadores da correspondência. Por seu lado, a Coroa arrecadava os encargos de interpretação pagos pelos viajantes ⁴¹. Um documento de finais de Seiscentos presta a interessante informação da despesa paga pela tradução das cartas e pelo trabalho de dourar a missiva para o rei ⁴².

O cargo era também exercido no litoral sul por portugueses e luso-descendentes ao serviço do governo birmano. Mesmo volvidos mais de cem anos sobre a tomada da fortaleza do Sirião, os portugueses continuavam sendo intermediários entre a Birmânia e o Ocidente. Os dois exemplos que

³⁶ Em 10.IX.1695, *loc. cit.*, p. 341. O itálico e as maiúsculas encontram-se no original.

³⁷ ARA, VOC, 1242, fl. 938: «Brief vanden konnick van Peguw met de fluijt Peguw», 24.I.1664. A cópia do manuscrito foi amavelmente disponibilizada por Wil Radelaar-Dijk.

³⁸ Sobre o espólio dos arquivos holandeses, veja-se o recente e utilíssimo artigo de Natália Tojo, «Notas sobre a importância da documentação neerlandesa seiscentista para o estudo da presença portuguesa no Oriente», in *Anais de História de Além-Mar*, n.º 1, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 273-286.

³⁹ DALRYMPLE, *Oriental...*, II, p. 360.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, pp. 367 e 372.

⁴¹ SYMES, *An Account...*, p. 419.

⁴² Em 10.IX.1695 in DALRYMPLE, *Oriental...*, II, p. 354.

se seguem demonstram as suas ligações a actividades mercantis e diplomáticas. Em 1757, em Bassein (Cosmim), foi António, próspero e eficiente intérprete descendente de família portuguesa, que acompanhou Lyster, deputado pelos interesses comerciais britânicos. António acumulava com o ofício de «língua» o de aprovisionar as naus e tratar dos salvo-condutos dos estrangeiros ⁴³. Em 1795 foi também um intérprete português que assistiu o embaixador Michael Symes cuja missão levou a um tratado entre a Inglaterra e a Birmânia. De acordo com Symes tratava-se de um intérprete oficial, certamente um *ahmudan* (serviçal régio), português negro que falava fluentemente o birmano e que constituiu preciosa aquisição para a missão. O legado britânico compara-o ao intérprete que a embaixada levava consigo, um mercador também português que anteriormente residira em Bassein, apenas útil para a comunicação quotidiana com os birmanos, já que estes tinham dificuldade em o entender ⁴⁴. A circunstância terá pesado na disposição régia que, concluído o tratado, permitiu aos ingleses escolherem os intérpretes a empregar desde que com prévio conhecimento do intérprete principal da Coroa birmana ⁴⁵.

Outro traço característico da profissão em terras asiáticas, era a existência da figura do intérprete régio principal. Ligava-se certamente à supervisão sobre os diversos intérpretes menores e escrivães que assistiam os estrangeiros chegados aos portos birmanos. Havia intérpretes oficiais que actuavam em Negrais, Bassein, Rangum, Dala e outros aglomerados litorais e ribeirinhos ⁴⁶. Havia-os ainda nos tribunais, pelo menos desde 1691, sempre que uma das partes era de etnia ou nacionalidade não birmana ⁴⁷. Embora não sejam discriminadas nacionalidades, é muito provável que entre estes últimos figurassem portugueses.

Um dos dois únicos documentos que até agora encontrei traduzidos do birmano e acompanhados da versão portuguesa é um passaporte bilingue ⁴⁸ datado de 1783 cuja transcrição é apresentada em anexo. Este passaporte atesta a já mencionada tarefa de tratar dos salvo-condutos e, sobretudo, demonstra o costume de emissão de documentos escritos nas duas línguas, o que faz dele um testemunho ainda mais raro do que a *supra* referida carta portuguesa do rei Pye. Trata-se de um salvo-conduto selado com a chancela régia, passado no porto de Rangum a embarcação de mercadorias que aí arribara e que prosseguia viagem em direcção a Bengala. A tradução portu-

⁴³ SYMES, *An Account...*, pp. 39 e 45. Sobre António ver também DALRYMPLE, *Oriental...*, p. 396.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 164.

⁴⁵ «Carta do rei de Ava ao Governador Geral», e «Mandato Régio», in SYMES, *An Account...*, pp. 492 e 495, respectivamente.

⁴⁶ SYMES, *An Account...*, pp. 40, 57, 141, 147-9, 160.

⁴⁷ Édito real de 10.VIII.1691, in ROB, II, p. 54.

⁴⁸ Bodleian Library, Ms. Burm. C1: *Burmese Passport*, Rangum, 29.IX.1783. O outro documento bilingue é a pedra tumular referida em Marques GUEDES, *A História...*, p. 397.

guesa omite a típica fraseologia inicial referente a títulos da realeza birmana, o que indicia autoria birmana do texto e sua tradução especializada em português, muito embora tenha sido aventada a hipótese pouco plausível de ambas as versões terem sido escritas por um birmano ⁴⁹.

Julgo que se deve ao costume de tradução em português a assistência prestada à actividade linguística de missionários católicos, bem como a preparação da já mencionada História de Portugal intitulada *Putegû Yazawin*. No colofão da obra afirma-se terem os autores traduzido texto português, embora antes me pareça que tenham usado, entre outras fontes, não um mas vários textos portugueses. Em qualquer dos casos foi utilizado suporte documental em português, o que implica a sua interpretação e se ajusta ao facto de os co-autores terem sido um colector de impostos e um missionário, actividades amiúde exercidas por portugueses e luso-descendentes.

2. Quanto ao **reino de Arracão**, a primeira constatação é a maior dificuldade de acesso a fontes primárias birmanas. A segunda, encontra-se bem patente nos registos coevos consultados: à semelhança do que se passava em Ava, os intérpretes e os tradutores tiveram um papel crucial na diplomacia arracanesa. Seriam denominados «Ramallu», termo que segundo Manrique era designativo do intérprete dos portugueses e que parece possível ser de origem birmana e ter esse significado ⁵⁰.

Os intérpretes ao serviço da corte arracanesa eram particularmente necessários, dada a vocação marítima do reino e o cosmopolitismo da corte. Essa faceta cosmopolita derivava da situação geográfica que lhe marcara a condição de Estado mercador, ironicamente dependente de comerciantes estrangeiros que iam aí buscar bens locais ou importados, a que a escassa

⁴⁹ Pe Maung Tin é também da opinião que a versão portuguesa não é de autoria birmane (Pe Maung TIN, «Phonetics in a Passport», in *Journal of Burma Research Society*, vol. 12, p. 3, American Baptist Mission Press, Rangum, 1922, p. 132). Este autor foi o primeiro a chamar a atenção para o passaporte de 1783, pela sua importância como fonte, não para o estudo dos intérpretes mas do ponto de vista fonético. Na sua transcrição da tradução portuguesa depara-se com os naturais erros de um estrangeiro, que o confronto com o original me permitiu rectificar.

⁵⁰ *Itinerário*, caps. XVI e XVII. Ramalu, segundo Luard é termo de origem desconhecida, sendo um pouco forçado considerá-lo vindo do persa *rāmmal*, «adivinho». O termo e a nacionalidade apontados por Manrique ao mencionar o «Ramallu, ò Interprete de los Portugueses», foram discutidos na nota 16 ao capítulo XVI da versão inglesa. Cf. Eckford LUARD e Henri HOSTEN (eds.), *Travels of Sebastien Manrique 1629*, Série II, n.º 59, Hakluyt Society, Oxford, 1926. Parece-me, contudo, pertinente aventar a hipótese de se tratar de corrupção do birmane «kramalu», [ၵၵၵၵၵၵ / 'ca ma lu /, *krahmalu*, = «aquele que informa, comunica, faz saber» (de ၵၵၵၵၵၵ / 'ca /, kra = comunicar, fazer saber, transmitir + ၵၵၵၵၵၵ / ma /, hma = informar + ၵၵၵၵၵၵ / lu / lu = «homem», quando isolado, mas em composição significa «aquele que [pratica ou é adepto da acção ou do partido indicado pelo termo precedente]»). Assim, / 'camalu / pronunciado também «kramalu», significa «aquele que transmite, que informa». Na passagem para a grafia portuguesa «Ramalu», ter-se ia dado a queda do «R» inicial de «kramalu». Na opinião da profesora Denise Bernot, a quem apresentei o termo de Manrique e sua possível interpretação, esta hipótese é a mais provável.

navegação marítima arracanesa não dava saída. Para o século xvii há diversos testemunhos de que parte da correspondência régia era escrita em persa, quando trocada com governantes de Bengala, ou em português, quando mantida com europeus ⁵¹. O uso das mesmas línguas em simultâneo verificava-se também na Birmânia unificada, não é certo se nesta época mas seguramente no século seguinte, sendo as cartas dos governadores britânicos de Madrastra e Bengala enviadas para Ava traduzidas em persa, português e birmano ⁵². Tal como em Ava, em Mrauk-U, capital arracanesa, a língua portuguesa, além de usada na correspondência régia, era também veículo das conversações diplomáticas. Este recurso à língua escrita e falada é notório durante o estabelecimento de feitoria holandesa que implicou uma série de negociações entre os representantes da VOC (*Verenigde Oost-Indische Compagnie*, isto é, Companhia Holandesa das Índias Orientais), sediada em Batávia, e a corte de Mrauk-U.

Os «línguas» assistiam no palácio aquando das audiências, as quais obedeciam a estrito protocolo. O cerimonial, que se assemelhava muito ao da corte de Ava tal como o descreveram os ingleses, foi presenciado no Arracão por portugueses ⁵³, e a partir de meados do século, com o incremento do comércio dirigido por Batávia e o decréscimo de relações oficiais entre Goa e Mrauk-U, por holandeses. Mesmo depois de cessarem os envios de embaixadas goesas, e na ausência de quaisquer portugueses, a língua portuguesa era parte integrante de um ambiente considerado exótico pelos viajantes ocidentais. Na sala de audiências, os embaixadores e os grandes senhores do reino, ricamente ataviados, aguardavam reverencialmente a entrada do rei. Chegado o monarca, o intérprete acompanhava toda a audiência desde a troca de presentes, carregados por eunucos, até à retirada do rei para os seus aposentos privados ⁵⁴. Recebia as cartas levadas pelos embaixadores, e ou as entregava a cortesãos ou as lia em voz alta, primeiro em português e depois em birmano ⁵⁵. Procedia igualmente à apresentação de cumprimentos dos estrangeiros ao rei e reproduzia as habituais saudações régias birmanas, iniciadas sempre por perguntas relacionadas com a saúde dos governantes, representados pelos embaixadores.

Parece que apesar de o diálogo entre o rei e os embaixadores se processar por meio de tradução simultânea, a leitura em viva voz nem sempre tinha lugar ou só era efectuada no tocante a cartas entregues em audiências passadas. Registam os relatos mais explícitos que a correspondência acabada de receber era guardada para posterior tradução do português para o

⁵¹ Cf. Sanjay SUBRAHMANYAM, «Slaves...», pp. 203 e 211.

⁵² SYMES, *An Account...*, p. 60.

⁵³ MANRIQUE, *Itinerário...*, I, cap. xvi.

⁵⁴ Gautier SCHOUTEN, *Voyage de Gautier Schouten aux Indes Orientales. Commencé l'an 1658 et fini l'an 1665*, Jean Baptiste Machuel, Rouen, 1725 (1.^a edição em Amsterdão, 1707), vol. I, pp. 216-217.

⁵⁵ HALL, «Studies in Dutch...», pp. 10 e 21.

birmano, dando-se a entender a passagem por um registo ou controlo prévio ⁵⁶. Quanto à correspondência régia, não há dúvida de que era preparada por escribas que depois a liam ao rei e só após aprovação era selada. Tudo leva a crer que de aprovação semelhante carecia a correspondência externa como as cartas de Thirithudhamma (r. 1622-1638) para o governador-geral de Batávia que foram escritas em birmano e traduzidas em português ⁵⁷. Ordens e outros escritos em birmano, utilizados apenas para fins internos, eram tratados por um secretário assistido por escrivães. Esse secretário, ao que parece, não acumulava as funções de intérprete – o «língua» só trataria da documentação traduzida ou a traduzir ⁵⁸.

Fora da corte, o intérprete conduzia conversações nas quais o rei não intervinha directamente ⁵⁹. Funcionava como emissário e representante régio e por essa razão as suas deslocações obedeciam, como o seu papel nas audiências palacianas, a rígido protocolo; e a sua pessoa era intocável. Mesmo quando atravessava campos de batalha para apresentar propostas aos dirigentes das forças inimigas obedecia às praxes birmanas, seguindo montado em elefante com a carta colocada sobre um *kalap*, rico suporte de pé próprio para a correspondência e que devia erguer acima da sua cabeça ⁶⁰. Assim soerguida, uma carta do governador de Batávia, escrita em português, seguiu em cortejo desde a nau que a trouxera até à feitoria holandesa de Mrauk-U, de onde foi depois levada para o palácio por dois intérpretes acompanhados por dois escrivães e pelo superintendente da polícia. Entre a recepção das cartas pelos emissários e a sua leitura na corte decorria por vezes bastante tempo, parece que o necessário não só à tradução mas também ao seu debate em conselho régio. Por exemplo, a missiva holandesa acabada de referir chegou a 23 de Junho de 1643 e só em 12 de Julho foi lida em audiência régia, perante os holandeses, no palácio; e, apesar do estendido lapso de tempo, a resposta foi adiada até futura audiência ⁶¹.

O cosmopolitismo da corte obrigava à existência de vários intérpretes, não se sabendo ainda se cada trabalho de tradução era verificado por segundos tradutores. Certo é que havia mais de um «língua» português na corte arracanesa. As fontes disponíveis infelizmente não os listam nem indicam o seu número. O documento de 1643 menciona dois intérpretes, mas não especifica se algum deles era Rodrigo Pessoa – o qual, no mesmo ano, assistiu como mensageiro e interlocutor nas conversações com os holandeses ⁶².

⁵⁶ Cf. MANRIQUE, *Itinerário...*, cap. XVII, e SCHOUTEN, *Voyage...*, I, p. 216.

⁵⁷ HALL, «Studies in Dutch...», pp. 1-31, p. 10.

⁵⁸ Apesar de Luard o identificar com o intérprete, parece-me claro no relato de Manrique que se trata de entidades distintas. MANRIQUE, *loc. cit.*; LUARD, *Travels...*, p. 144, nota 16.

⁵⁹ Relato do feitor holandês Van den Helm apresentado por Sanjay SUBRAHMANYAM, «Slaves...», p. 234.

⁶⁰ Ver *Puteguê Yazawin*, cap. 97; SCHOUTEN, *Voyage...*, I, p. 198.

⁶¹ Relato do feitor holandês Van den Helm apresentado por S. SUBRAHMANYAM, «Slaves...», p. 230.

Num escrito igualmente neerlandês, como o anterior publicado por Sanjay Subrahmanyam, depara-se com o nome de outro intérprete português, Nicolau Rebelo, então ocupado a verter em birmano papéis holandeses a submeter ao rei arracanês ⁶³.

*

A influência dos agentes de comunicação, graças ao uso do português como *lingua franca* ou mesmo como língua de corte, foi registada pelos europeus. Apesar de entre os ocidentais os intérpretes terem fama de uso de artimanhas em relação aos recém-chegados, regra geral eram servidores leais: é o caso de Pascoal Rodrigues que, segundo um enviado britânico, servia apaixonadamente os interesses de Ava ⁶⁴. Como ressarcimento da sua fidelidade, os intérpretes gozavam de estatuto superior ao da maioria dos *ahmudan*; por exemplo, António «partilhava quinhão de poder e influência» e era recebido com cortesia e atenções na feitoria inglesa «por ser homem de certa importância oficial» ⁶⁵.

A relevância da presença de intérpretes ocidentais em terras birmanas pode ser ainda avaliada através dos obstáculos advindos quando da sua ausência. A ocasional falta de «línguas», obstruindo o entendimento, impossibilitou amiúde o bom decurso da diplomacia birmana. Foi o que aconteceu em 1645, quando durante inflamada arenga do *sit-ke* (စိတ်ကဲ, oficial de justiça, o «chircá» das fontes portuguesas) acerca de um eminente corte de relações amistosas entre o Arracão e a Holanda. Os mercadores a quem se dirigia, nada de positivo puderam responder à sua argumentação, acabando por se expressar mediante lacónico «no entendo», português decerto aprendido por via da sua actividade comercial. A resposta levantou suspeitas quanto à sua posição, pelo que tiveram de se justificar, alegando desconhecimento da língua local e da portuguesa ⁶⁶. Deste e doutros processos comunicativos emerge um novo traço cultural – o da prioridade adquirida pelo português.

Intérpretes e tradutores, sendo exímios conhecedores da língua e dos costumes birmanos e homens de confiança do rei, foram instrumentos ao serviço da centralização do poder. Quando, após a morte do monarca Thirit-hudhamma (r. 1622-1638), o *myo-zá* (governador) de Chatigão se associou aos portugueses a fim de fazer valer o seu direito ao trono, a que acabara de ascender o ex-ministro Narapatigyi (r. 1638-1645), o intérprete da corte,

⁶² *Idem, ibidem*, p. 233.

⁶³ S. SUBRAHMANYAM, «Slaves...», pp. 241, nota 66.

⁶⁴ DALRYMPLE, *Oriental...*, II, p. 385.

⁶⁵ SYMES, *An Account...*, pp. 39 e 45.

⁶⁶ Relato do feitor holandês Van den Helm apresentado por S. SUBRAHMANYAM, «Slaves...», p. 235.

D. António, apoiou o monarca recém-coroadado. Narapatigyi pretendia que os holandeses da feitoria de Mrauk-U o ajudassem, com homens e armas, a enfrentar o *myo-zá* revoltoso – adversário poderoso porque fortalecido por um grupo de portugueses que o assistiam militarmente. Os holandeses começaram por recusar alegando não terem ordem de Batávia, e foi D. António, servindo de intermediário entre um rei enfurecido com a recusa e os reticentes residentes holandeses, quem diplomaticamente resolveu a questão em favor de Narapatigyi. O intérprete propôs que os soldados recebessem um mês de salário, comida e bebida; os holandeses, não sabendo como se esquivar, acabaram por aceitar ⁶⁷.

Às funções diárias os intérpretes associavam esporadicamente actividades pouco rotineiras, que a poderosa arma linguística, de que dispunham em exclusivo, só a eles proporcionava. Em alguns casos teriam aconselhado os portugueses em plena audiência ⁶⁸, em outros funcionariam como informadores dos governantes locais ou chegariam mesmo a praticar espionagem e dupla espionagem ⁶⁹. Do ponto de vista do Estado português eram agentes suspeitos. É que se os intérpretes da corte arracanesa e birmana eram *ahmudan*, entre os quais figuravam cativos e homiziados, os intérpretes que ao serviço de potências europeias tratavam da correspondência a enviar para terras birmanas eram quase todos desertores ⁷⁰.

Estimados ou não pelos dirigentes de Goa, provam os testemunhos aqui evocados que os intérpretes se mantiveram fiéis à língua portuguesa e que, como se de seus embaixadores se tratasse, a divulgaram na Birmânia. Essa divulgação ultrapassou por vezes aquilo que era requerido à função do «língua», e o português, de tanto ser ouvido na corte, permaneceu nela para além da mera necessidade de comunicação com estrangeiros. Assim parece demonstrar o relatório de uma das audiências régias no palácio de Mrauk-U, na qual a atitude de acato e o silêncio reverencioso dos presentes foi quebrado por um dos ministros locais que, elevando a voz, se dirigiu ao rei Thado Minthara (r. 1645-1652) chamando-o «Sua Alteza» ⁷¹.

Não pude ainda apurar, mau grado meu, até que ponto se usou e se desenvolveu na Birmânia um português crioulo à semelhança do que aconteceu em outras partes da Ásia, como no Ceilão – onde tal crioulo foi usado

⁶⁷ Relato do feitor holandês Van der Mandere, apresentado por S. SUBRAHMANYAM, «Slaves...», pp. 223-224.

⁶⁸ Cf. MANRIQUE, *Itinerário...*, cap. XVI.

⁶⁹ António foi suspeito de denunciar em segredo os ingleses ao rei birmane, parece que com vista a receber recompensa, numa questão que levou à morte de sete denunciados. Cf. SYMES, *An account...*, pp. 46-58. Sobre outras actividades de espionagem, ver *Puteguê Yazawin*, caps. 97 e 98.

⁷⁰ AMEP, cód. 121, fls. 624-625: «Avis touchant les catholiques qui se mettent au service de la Compagnie des Indes d'Hollande», 1661 [?].

⁷¹ *Souw Altesa* no relato holandês (divulgado por SUBRAHMANYAM, «Slaves...», p. 240).

pelas comunidades holandesas locais para além do período áureo da presença portuguesa ⁷².

ANEXOS

Carta do rei Pye à Companhia Holandesa das Índias Orientais

Em partes do Leste da banda donde sai o sol.

Senhor que tem mando sobre a água e terra, Senhor dos reis de reinos e reinos os que tem pouco entendimento sendo causa que reine mal por si morre e fica apredado [?] com a ventura que tem, Senhor que no dar e amar é mui largo e piedoso. Sombra e encosto de coatro costas. Senhor de muito grande ventura de valias. Senhor de alifantes de boas fadas e de bom estrea de valia, Senhor de cavalos de boas fadas e de bom estrea de valia, Senhor de paços de ouro, Senhor de muito grande ventura de valia, Gram Senhor a cujas solas de pés de ouro carretamos sem preficios[?] ⁷³,

Nós os principais governadores mores do Estado de Sua Magestade com coração de amor e amizade fazemos de [sic] saber a capitão mor de como Sua Magestade tem a capitão mor como vassalo mais chegado, que sempre assiste debaixo de solas de pés de Sua Magestade e por Sua Magestade ter nele conta, nós também ajudamos nos capitães que serviste debaixo de solas de pés de ouro de Sua Magestade em todos seus negócios, grandes e pequenos, e quando nos da de saber que a monção está para perto fazer de saber debaixo de solas de pés de ouro de Sua Magestade, e mandamos ir depresa;

Sua Magestade, Senhor de muito grande ventura manda a capitão mor, em sinal de amor, dous anéis de rubins ⁷⁴, duzentas biças ⁷⁵ de marfim, mil biças de calem ⁷⁶, doze bacios de gores feitos na corte de ou de lavor de sióis ⁷⁷, dous petis ⁷⁸ lavrados, duas bocetas lavradas de coatro cantos, outro uma de cantos, outro uma boceta de betel, outro uma grande ⁷⁹.

⁷² Muito interessante é o relatório sobre os estudos conduzidos acerca do crioulo português, escrito por Shihan de Silva JAYASURIA, «Sri Lanka Portuguese Creole Verses», in *IIAS News Lettter*, n.º 21, Fevereiro de 2000, p. 19.

⁷³ Toda esta fraseologia inicial é tipicamente birmane e assemelha-se à da tradução inglesa de outra carta (cujo original, também em português mas hoje perdido, foi enviado à companhia britânica em 1697).

⁷⁴ Rubis.

⁷⁵ Peso e moeda usada na Birmânia. Equivale a cem tical, ကျပ်သား (que na altura se-riam 108 réis) e, em peso, a 1,632932532 kg. O termo birmane ခံသော, *bi'sa*. (ROBINSON e SHAW, *The Coins and Ban notes of Burma*, Lancashire and Chesire Numismatic Society, Manchester, 1980, pp. 6-7 e 23-24; *Myanmar-English Dictionary*, Rangum, 1990, pp. 280 e 637; Denise Bernot, *Dictionnaire Birman-Français Selalf/Peeters*, Paris, 1990, 10, p. 53; *Hobson-Jobson*, pp. 360, 527, 918, 967). Interessante é a explicação sobre o seu valor e peso, nas transacções feitas pelos portugueses em Pegu no ano de 1512: THOMAZ, *De Malaca a Pegu. Viagens de um Feitor Português*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1966, doc. 1, pp. 63-64.

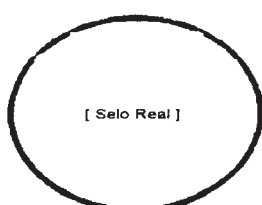
⁷⁶ Ou calaim. Nome malaio do estanho, vindo do árabe *kala'i*. Cf. Thomaz, *A viagem de António Correia a Pegu em 1519*, Centro de Estudos de História de Cartografia Antiga, Lisboa, 1976, p. 210; *Hobson-Jobson*, p. 145.

⁷⁷ Siameses.

⁷⁸ Caixas ? Na tradução holandesa o termo figura como caixas.

⁷⁹ ARA, VOC, 1242, fl. 938: «Brief vanden konnick van Peguw met de fluijt Peguw», 24.I.1664. A cópia do manuscrito foi amavelmente disponibilizada por Wil Radelaar-Dijk.

Passaporte birmano-português 1783 (transcrição)



(၁) ဘုန်းဆောင်အလွန်ကြီးမြတ်တော် မူလှသော ဆင်မြို့ ဆင်စို ဆင်ကြားများသခင်၊ ကုဋေထောင်ရာမခေတ္တက်သာများလှစွာသော အရိန္ဒ မာ လွက်စကြာ ခုတနာ လုံပုံသခင်၊ ခုတောင်း ခေတ္တောင်း (၂) ပတ္တမြား တွင်း ပယင်းတွင်းများသခင် တိုင်းကြီး ပြည်ကြီး ထီး တနာဆောင်း မင်းအစ ခေါ်တိုက်သခင် အသျှင် ဘဝရှင်မင်းဘုရားကြီးဘုရား ခေတ္တစက်တော်စုံ ကိုအမြို့သိတ်ဆက် ဆင်ရွက် (၃) ရှိ။ ဖီရင်လေ့ရှိသောရန်ကုန်မြို့ဝန်မင်း ရေဝန်မင်း အကော့ဝန်မင်း အသန်ဝန်မင်း စစ်ကတော်မင်း နားခံတော် မင်း စာရေးတော်ကြီးတို့မှာလိုက်သည် ရန်ကုန်မြို့ဆိတ်တော်သို့ဆိုက်ရောလှာ (၄) သည် သင်္ဘောသား ကုလားကုန်သည် မည်သည့်အမျိုးသားမဆို၊ ဆိတ်တော်သို့ဆိုက်ရောက်လှာသမျှ သင်္ဘောသားကုလား ကုန်သည်တို့ကိုချမ်းသာငြိမ်ဝပ်စွာ အစည်ထိုးခံရှိရာဖီရင်အုပ် (၅) ချွတ်ရမည်။ ဘုရားမှာမိတ်တော်မြတ် ကို ဦးထိတ်ထက် အမြို့ဆင်ရွက်သည်အတိုင်း စောက်ကား ရောင်းဝယ်စေသည်နှင့် ဘညီ၊ ရန်ကုန်မြို့ဝန် သင်္ဘောသျှင်တို့မှာမဟုတ်သောသားများ (၆) နှင့် အိမ်ချေတိုင်စွတ်ကဲ့သည်။ သင်္ဘော ၂ ပင်တိုင် ပွတ်တေညွှတ်တန်မည်ခေါ်သည့် သင်္ဘောနှင့် ဝန်ပိုင်ကား ပြည်သစ် ဖရောင်း-ဆင်စွယ်-ခဲမမြူ-ဆေး တန်-ရှားစည်း-အရပ် အရပ် ကိုများတင်ရှို့ လှ (၇) ပေါင်း ၄ ကိုဝန်ခံမှု ကိုသည် နော်ပလွန်များ နှင့်သက္ကရာဇ် ၁၁၄၅-ခုနှစ်သဘင်းကျွတ်လဆန်း ၅ ကနေ့တွင်၊ ဘင်ဂလာ ကော်သျှတာ ကော်ရန်ခယ် မလားယုမည်သည့်မြို့ရွာဆိတ်မဆိုဖောက်ကားရောင်း (၈) ဝယ်အလံတော်နှင့်ပင်လယ်စောင့်စားတံဆိပ် တော်ခပ်ရွံ ကပ္ပိတ် ဂလော်ပီကို သင်္ဘောသျှကြီး အရာနှင့်၊ ဂုလ်သတ္တာကိုသင်္ဘောဖီးအရာနှင့် ပေးအပ်ရှို့၊ တက္ကန်းမြို့ရွာသို့ နောက်ကား ရောင်းဝယ် သွားလာစေရမည်အကြောင်းကို (၉) အဖီရင်ခံသည်တတိုင် ရုံတော်က မင်းညီမင်းစုံ ပင်လယ် ဆောင်းစာ အလံတော်များ ပေးအပ်ရှို့ သွားလာစေသည်။ လမ်းခရီးတွင်မှ စ၍အခပ်ရပ်ပင်လယ်မှာသင်္ဘော ဘိုက်ချွတ် ဘိုက်မှူး သူရဲ သူခက်၊ ရဲမက် လှက်ကိုင် မည်သည့် အမြို့ဝန်သား (၁၀) မဆိုသဟာရရောက်ကုသည်နှင့်အညီ၊ ၂ ပင်တိုင် သင်္ဘောကိုမဆိုမတာ ချမ်းသာငြိမ်ဝပ်စွာနှင့် ဖောက်ကား ရောင်းဝယ် သွားလာစေရမည်၊ တက္ကန်းမြို့ရွာ ဆိတ်များသို့ ဆိုက်ရောက်လျှင်၊ မြို့ဝန်-ရေဝန်- အကော့ဝန်-ဆိပ်စား-ဆိပ် (၁၁) စာရေးတံစေပ် ၂ ပင်တိုင် သင်္ဘောကို ခမ်းသာ ငြိမ်ဝပ်စာအပ်

Por ordem d' el rey

[1] Nós Governador e mais Conselheiros Mroum Meng Saquem purá Reum Acocum Meng [2] Acumcum Meng, Chitkeydoh, Nacamdoh, Cheredohgry Meng Miah Assentado em Conselho de Runday, para fazer todos os bens que nós podermos a todas nações estrangeiras que vêm contratar em nossos portos etc.[3] Pedimos aos Senhores Almirantes, Vice-Almirantes das frotas, Chefes das esquadras, Capitães dos navios das quaesquer [4] Potências que sejam nossos amigos, aliados, e demais todos os outros que tendo em alguma maneira pertensões, de deixar passar livremente o Bregantim chamado [5] Fathe Sultany, pouco mais ou menos de cento e vinte 120 toneladas, que pertence a Dom Budan Mahomet Sahib, habitante que mora abaixo de nossa jurisdição e que vai nele embarcado [6] por capitão comandante Senhor Galope e por sobrecarga Gulam Satar que parte deste porto de Rangom para Bengala etc. e com nossa real bandeira e com sua Alutações equipagem [7] mais ou menos de quarenta pessoas de diferentes nações, 40 pessoas, e com a carga de Paus e Táboas, Serós Marphim, Calem, Bertal Caihoo [?] e os demais mercadores passageiros que [8] assim venham, anunciamos e mandamos passar presente passaporte em nosso Conselho e assignamos e selamos com selo das Armas reais, etc. [9] Também pedimos aos Senhores Governadores e Comandantes dos Portos Marítimos que não ponhão nenhum impedimento nas suas viagens [10] que sejam servidos de favorecer de ajudas em caso de necessidade, assim nós não deixaremos de fazer o mesmo em semelhante

ocasião etc. [11] Damos presente passaporte desta[?] chegada do dito Bregantim a este porto. Rangom, vinte nove de Setembro de mil setecentos oitenta e tres anos 29. 7^{bro}. 1783.

မုန်ကန်မြို့ဝန် မင်းသခင်ဘုရား	ငရဲဝန်မင်း	အကောသံဝန်မင်း	အခူဝန်မင်း	စစ်ကဲတော်မင်း	နားဒဲတော်မင်း	စါရဲတော်မင်း ဗျာဓါ
Príncipe Governador de Rangon Mroum Meng saquem purah	Reum Meng	Acoqumum Meng	Acoqumum Meng	Chitken doh Ming	Nacam doh Ming	Cheredogtn Meng mnah. Secretário D'el Rey.